

sentes e, em especial, destacou o entusiasmo e o dinamismo do Senhor Conselheiro RISON FREIRE O'DWYER em sua primeira participação direta ao CNPP. O Senhor Conselheiro em apreço manifestou seus agradecimentos ao Colendo Conselho enfocando o prazer de haver participado dessa reunião. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a sessão. Merecendo aprovação a presente ata vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária.

PIO SOARES CANEDO
Presidente - CNPP

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA
Secretária - Executiva - CNPP

Ministério da Fazenda

SECRETARIA GERAL

PROCESSO : Nº 0768-018175/83-01

INTERESSADO: Companhia de Desenvolvimento de Roraima - CODESAIMA

ASSUNTO : Contas do exercício de 1982

DESPACHO : Aprovo a Resolução nº 33/83, do Senhor Secretário de Controle Interno do Ministério da Fazenda. Restitua-se à Secretaria de Controle Interno do Ministério da Fazenda, para os devidos fins.

Em 19.05.83

SADI ASSIS RIBEIRO FILHO
Secretário-Geral Substituto

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA DO SRF Nº 047, DE 23 DE MAIO DE 1983

Da nova redação ao item 5 da IN-SRF nº 119/80.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

O item 5 da Instrução Normativa do SRF nº 119, de 17 de novembro de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

"5. Os bens deverão, até 15 de maio de 1985, ter uma das destinações previstas no artigo 13 do Decreto nº 76.055, de 30 de julho de 1975".

FRANCISCO NEVES DORNELLES

Superintendência Regional da Receita Federal
6ª Região Fiscal

ANEXO A CI/DIVATE Nº 129 DE 13.05.83
RESUMO DAS AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS

(Subdelegação de competência conferida pela Portaria SRF nº 0321, de 28.3.79)

CONSORCIO

NÚMERO	DATA DIA/MÊS	PROCESSO	EMPRESA AUTORIZADA DENOMINAÇÃO E C.G.C.	SEDE	FORMAÇÃO DE CONSORCIO			VÁLIDO ATÉ
					GRUPO AUTORIZADO	QUANTO	NATUREZA DOS BENS	
01/06/01/83	16.03	0680.014361/83-04	Consórcio Mercantil Sociedade CI	B. Horizonte-MG	50	10	Autocicletas Honda e Yamaha	31/12/84
			COC: 19.252.816/0001-30		50	05	Autociclos Volkswagen	
03/06/02/83	29.04	0655.050079/83-15	Camerini Veículos e Peças Ltda.	Campo Belo-MG	50	05	Autociclos FORD CORCEL II Standard	31/12/84
			COC: 19.700.822/0001-03					
03/06/03/83	29.04	0680.002095/83-68	União Administradora de Consórcios Ltda.	B. Horizonte-MG	50	10	Autocicletas	31/12/84
			COC: 19.223.411/0001-74					

- DISTRIBUIÇÃO GERAL DE PRÊMIOS

CERTIFICADO DE AUTORIZAÇÃO			EMPRESA AUTORIZADA		DISTRIBUIÇÃO GERAL DE PRÊMIOS		
NÚMERO	DATA DIA/MÊS	PROCESSO	DENOMINAÇÃO E C.G.C.	SEDE	FORA DE CONTEMPLAÇÃO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	NATUREZA DOS BENS
01/06/01/83	29/04	0675.050246/83-54	Refrigerantes do Triângulo Ltda. COC: 25.759.368/0001-70	Uberlândia-MG	Valo-Brinde	1/6 a 1/8/83	Pepsi-cola Mirinda

Delegacia Regional da Receita Federal em Ribeirão Preto

PORTARIA Nº 840, DE 13 DE MAIO DE 1983

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM RIBEIRÃO PRETO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 72 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria nº 655, de 16 de novembro de 1977, do Senhor Ministro da Fazenda, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 83.937, de 06 de setembro de 1979, RESOLVE:

1. Delegar competência ao Chefe da Divisão de Arrecadação e, nos impedimentos legais, ao seu substituto eventual para, relativamente aos contribuintes domiciliados nos municípios jurisdicionados pela sede desta Delegacia:

I - prestarem ao Juízo solicitante informações pertinentes:

a) a situação fiscal, negativa ou positiva de débito, de auto(es) de herança e/ou de seu(s) espólto(s) (Decreto-Lei nº 1.715, art.19, § 3º, reproduzido no art. 666 do RIR/80, aprovado pelo Decreto nº 85.450, de 04-12-80);

b) ao pagamento de créditos tributários cobrados judicialmente, ressalvada a competência da Procuradoria da Fazenda Nacional;

II - decidirem pedidos de retificação de erros de natureza formal decorrentes da escolha e/ou preenchimento de formulários utilizados na arrecadação de receitas federais, de que trata o item 1 da Instrução Normativa do SRF nº 024, de 05-05-82;

III - decidirem a retificação nos casos de substituição do sujeito passivo ou em alteração da especificação da receita, inclusive multas e encargos legais, de acordo com o item 3 da referida Instrução Normativa;

IV - arquivarem processos findos administrativamente, após audiência da auditoria.

2. Revogar a Portaria nº 0840/066 de 12-06-81.

ANTONIO MARTINS

TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

1ª Câmara

Sessão de 22 de outubro de 1981 ACORDÃO Nº 22.600

Recurso nº 101.414 - Processo nº 0680-003986/81-51.

Recorrente: USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S/A.

Recorrido: DRF-BELO HORIZONTE.

Isenção. Mercadoria apresentada à conferência aduaneira sem a oposição do VISTO do CDI. A substância do favor isencional está no Decreto-Lei nº 1.720/79 que o concedeu a prazo certo. O atestamento do CDI é meramente declaratório. Recurso provido.

Visto, relatado e discutido o presente processo,

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.